

Eduardo Aragão

PGM CAMPINAS

EDITAL VERTICALIZADO

2025

PGM CAMPINAS



@eduardo._aragao

www.eduardoaragao.com

Sumário

Informações Importantes	3
1. Direito Constitucional	7
2. Direito Administrativo	9
3. Direito Tributário	12
4. Direito Processual Civil.....	13
5. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	15
6. Direito Ambiental e Urbanístico	17
7. Direito Civil e Empresarial.....	18
8. Direito Financeiro	19
9. Direitos Difusos e Coletivos	20
10. Normas Institucionais da Procuradoria-Geral do Município	21

A legislação local será disponibilizada gratuitamente através do site

www.eduardoaragao.com/campinas

Informações Importantes

Concurso Público - Procurador do Município de Campinas

Edital Verticalizado e Legislação Local: <http://www.eduardoaragao.com/campinas>

Site oficial: <https://www.vunesp.com.br/PCAM2405>

PERÍODO DE INSCRIÇÃO

- **06 de março de 2025** (a partir das 10h) até **04 de abril de 2025** (até 23h59, horário de Brasília).
- **ATENÇÃO:** durante esse mesmo período de inscrição ocorrerá o envio de títulos, que devem ser autenticados.

NÚMERO DE VAGAS

- **Total:** 4 vagas.
 - **Ampla concorrência:** 3 vagas.
 - **Pessoas Pretas ou Pardas (PPP):** 1 vaga.
 - **Pessoas com Deficiência (PcD):** 0 vagas na fase inicial.

QUANTIDADE MÁXIMA DE CLASSIFICADOS PARA A 2ª FASE

- **Ampla concorrência:** 200.
- **Pessoas Pretas ou Pardas (PPP):** 40.
- **Pessoas com Deficiência (PcD):** 10.

QUANTIDADE MÁXIMA DE CLASSIFICADOS FINAIS

- **Ampla concorrência:** 120.
- **Pessoas Pretas ou Pardas (PPP):** 24.
- **Pessoas com Deficiência (PcD):** 06.

HIPÓTESES DE ISENÇÃO

- Será concedida **isenção da taxa de inscrição** exclusivamente para candidatos cadastrados no **REDOME** (Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea), conforme a Lei Municipal nº 15.792/2019.

PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO

- **06 de março de 2025 (10h) até 10 de março de 2025 (23h59, horário de Brasília).**
- **Resultado da solicitação de isenção:** 21 de março de 2025.
- **Período para recurso contra indeferimento da isenção:** 24 e 25 de março de 2025.
- **Resultado do recurso contra indeferimento:** 01 de abril de 2025.

VALOR DA INSCRIÇÃO

- **R\$ 98,80.**
- O pagamento deve ser feito até **07 de abril de 2025.**

VALOR DA REMUNERAÇÃO COMPLETA

- **Salário base:** R\$ 10.319,01.
- **Benefícios adicionais:**
 - **Honorários advocatícios.**
 - **Gratificação de Incentivo à Produtividade do Procurador (GIPP)** (opcional).
 - **Auxílio Refeição ou Alimentação:** R\$ 1.772,37 mensais.
 - **13ª parcela do auxílio alimentação em dezembro.**
 - **Vale-transporte (opcional),** mediante desconto de **3% dos vencimentos.**

TIPOS DE PROVA

- **Prova objetiva** (eliminatória e classificatória).
- **Prova prático-profissional (discursiva + peça + parecer)** (eliminatória e classificatória).
- **Fase de títulos** (classificatória - até 03 pontos)

DATAS DAS PROVAS

- **Fase de Títulos:** envio de **06 de março a 04 de abril de 2025.**
- **1ª Fase (Objetiva):** 29 de junho de 2025.
- **2ª Fase (Discursiva + Peça + Parecer):** 24 de agosto de 2025 (manhã e tarde).

DATA DO RESULTADO

- **Resultado final: 10 de março de 2026**
- **Homologação do concurso: 11 de março de 2026.**

MATÉRIAS COBRADAS

As provas abrangem as seguintes disciplinas:

1. **Direito Constitucional**
2. **Direito Administrativo**
3. **Direito Tributário**
4. **Direito Processual Civil**
5. **Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho**
6. **Direito Ambiental e Urbanístico**
7. **Direito Civil e Empresarial**
8. **Direito Financeiro**
9. **Direitos Difusos e Coletivos**
10. **Normas Institucionais da Procuradoria-Geral do Município**

DISTRIBUIÇÃO DAS MATÉRIAS POR PROVA

Prova Objetiva (Múltipla Escolha)

- Será composta por **100 questões** de múltipla escolha (ABCDE).
- As disciplinas estão distribuídas da seguinte forma:
 - **Direito Constitucional:** 15 questões.
 - **Direito Administrativo:** 15 questões.
 - **Direito Tributário:** 15 questões.
 - **Direito Processual Civil:** 12 questões.
 - **Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho:** 12 questões.
 - **Direito Ambiental e Urbanístico:** 08 questões.
 - **Direito Civil e Empresarial:** 08 questões.
 - **Direito Financeiro:** 03 questões.
 - **Direitos Difusos e Coletivos:** 05 questões

- **Normas Institucionais da Procuradoria do Município e Conteúdo Específico:** 07 questões.

Prova Prático-Profissional

- **Manhã:** 01 Peça processual e 04 Questões Dissertativas.
- **Tarde:** 01 Parecer e 04 Questões Dissertativas.
- Pode abranger qualquer uma das matérias do conteúdo programático.

SISTEMA DE PONTUAÇÃO COM PESOS

- **Prova Objetiva:** peso 01.
- **Prova Subjetiva:** peso 02.
- **Títulos:** peso 01.

1. Direito Constitucional

15 Questões – Prova Objetiva

Direito Constitucional			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Estado. Origem. Formação. Conceito e elementos. Forma de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo.		
02	2. Direito Processual Constitucional. Constituição e processo. Direito constitucional processual. Sistema Jurídico. Supremacia Constitucional. Nulidade. Conceito de Constitucionalidade. Controle de Constitucionalidade. Conceito, Requisitos e Espécies de Controle de Constitucionalidade. Controle Difuso. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. Súmula Vinculante. Repercussão Geral. Controle Concentrado. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de Constitucionalidade no âmbito estadual. Writs Constitucionais. Mandado de injunção. Mandado de segurança. Ações Constitucionais.		
03	3. Eficácia E Aplicabilidade Das Normas Constitucionais.		
04	4. Organização do Estado e do Poder. Federação. Características. Federação Brasileira. União. Competência da União. Estados membros. Competência dos Estados Membros. Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Municípios. Formação dos Municípios. Competência dos Municípios. Distrito Federal. Competência do Distrito Federal. Repartição das Competências. Intervenção. Intervenção Federal. Intervenção Estadual.		
05	5. Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo. Estrutura do Poder Legislativo Federal, Estadual, Municipal, Distrital e dos Territórios.		
06	6. Processo Legislativo. Tipos e Espécies. Procedimento. Fases. Iniciativa. Discussão e Aprovação. Execução. Espécies Normativas. Emenda Constitucional. Leis Complementares, Ordinárias e Delegadas, Medida Provisória, Decreto Legislativo e Resoluções. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas. Poderes dos Tribunais de Contas. Composição, características e atribuições dos Tribunais de Contas. Tribunais de Contas Municipais. Ministério Público de Contas.		
07	7. Poder Executivo. O exercício do Poder Executivo no âmbito federal, estadual, municipal, distrital e dos territórios. Atribuições. Posse e Mandato. Vacância e impedimentos dos cargos. Ministros de Estado. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional.		
08	8. Poder Judiciário. Jurisdição. Função jurisdicional. Órgãos do Poder Judiciário.		
09	9. Direitos e Garantias Fundamentais. Evolução. Características. Aplicabilidade. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais explícitos e implícitos. Convenções e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Conflito entre Direitos Fundamentais. Direitos Individuais e Coletivos. Direitos Sociais. Direitos da Nacionalidade. Direitos Políticos. Inelegibilidades. Ficha Limpa. Partidos Políticos. Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira.		

10	10. Ordem Social. Seguridade Social. Educação. Cultura. Desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios.		
11	11. Ordem Econômica e Financeira. Princípios da Ordem Econômica. Sistema Financeiro Nacional. Intervenção do Estado. Da Política Urbana. Da Política Agrícola.		
12	12. Da Administração Pública. Princípios constitucionais. Servidor Público. Licitação. Improbidade Administrativa. Servidor público e mandato eletivo. Sistema Remuneratório. Previdência e estabilidade do servidor público.		
13	13. Constituição Federal de 1988 (CF). Emendas à Constituição. Bloco de constitucionalidade. Controle de convencionalidade.		
14	14. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

2. Direito Administrativo

15 Questões – Prova Objetiva

Direito Administrativo			
Conteúdo Programático			Visto
		Visto	Visto
01	1. Conceito de Direito Administrativo. Origem. Bases ideológicas. Regime jurídico-administrativo. Função pública. Função administrativa. Função política ou de governo. Conceito de interesse público. Interesse primário e secundário. Regime jurídico administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo expressos e implícitos. Poderes da Administração Pública. Atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Lei Federal nº 13.726/2018.		
02	2. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência.		
03	3. Administração Indireta. Conceito. Controle da Administração Indireta. Autarquias. Autarquias especiais. Agências executivas. Agências reguladoras. Fundações públicas. Fundações municipais. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista - Lei nº 13.303/2016. Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa - Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007. Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação.		
04	4. Terceiro setor. Conceito. Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Contrato de gestão - Lei Federal nº 9.637/1998. Organizações de sociedade civil de interesse público - Lei Federal 13.019/2014. Termo de parceria - Lei Federal 9.790/1999. OSCIPS - Decreto Federal 3.100/1999. Convênios de saúde complementar ao SUS.		
05	5. Servidores públicos I. Conceito e classificação. Servidores estatais: servidores e empregados públicos. Normas constitucionais sobre os servidores estatais. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais.		
06	6. Servidores públicos II. Aposentadoria dos servidores públicos. Regime próprio e previdência complementar. Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos.		
07	7. Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutores de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias,		

	instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos.		
08	8. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios.		
09	9. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa - Lei Federal nº 9.784/1999.		
10	10. Licitações públicas. Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei Federal nº 14.133/2021. Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Modalidades licitatórias. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços. Lei Federal nº 12.232/2010.		
11	11. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Contratos privados da Administração. Convênios administrativos e instrumentos congêneres.		
12	12. Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade - Lei Federal nº 13.460/2017. Serviços de interesse local. Serviço público de educação - Lei Federal nº 9.394/1996. Serviço de saúde e direito sanitário - Lei Federal nº 11.445/2007. Sistema Único de Saúde - Lei Federal nº 8.080/1990.		
13	13. Concessão de serviço público. Conceito, natureza jurídica, remuneração do concessionário. Licitação das concessões. Contrato de concessão. Direitos, deveres e responsabilidade da concessionária e do poder concedente - Lei Federal nº 8.987/1995. Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Concessão administrativa. Licitação das parcerias. Regime de garantias. Regimes de empreitada. Responsabilidade do construtor e da Administração - Lei nº 11.079/2004. Concessão patrocinada e concessão administrativa.		
14	14. Intervenção do Estado no domínio econômico. Infrações administrativas à ordem econômica. Regulação administrativa. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Atividades privadas sob regime especial.		
15	15. Infrações e sanções administrativas. Providências acautelatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas - Lei Federal nº 12.846/2013.		
16	16. Intervenção do Estado na propriedade. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública. Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos. Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento.		
17	17. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização,		

	permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos.		
18	18. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público.		
19	19. Responsabilidade civil do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexo causal e de imputação. Dano indenizável. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e jurisdicional.		
20	20. Improbidade Administrativa - Lei Federal nº 8.429/1992.		
21	21. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000.		
22	22. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018.		
23	23. Responsabilidade dos Prefeitos - Decreto-Lei nº 201/1967.		
24	24. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.		
25	25. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

3. Direito Tributário

12 Questões – Prova Objetiva

Direito Tributário			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Sistema Tributário Nacional: titulares do poder de tributar. Princípios gerais. Lei complementar em matéria tributária. Limitações ao poder de tributar (Princípios jurídicos da tributação). Imunidades genéricas e específicas. Competência tributária: Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Empréstimos compulsórios. Contribuições sociais e outras contribuições. Repartição das receitas tributárias.		
02	2. Código Tributário Nacional: conceito e natureza jurídica do tributo. Impostos, taxas, contribuições de melhoria. Normas gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; responsabilidade tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. Crédito tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos; suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades. Garantias e privilégios do crédito tributário, preferências. Administração tributária: Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas e positivas.		
03	3. Execução fiscal. Medida cautelar fiscal. Ação anulatória de lançamento tributário. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação de repetição de indébito. Ação consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança. Protesto de certidão de dívida ativa.		
04	4. Tributos municipais. Disposições constitucionais e do Código Tributário Nacional. IPTU, ITBI e ISS. Lei Complementar nº 116/2003.		
05	5. Crimes contra a ordem tributária.		
06	6. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

4. Direito Processual Civil

12 Questões – Prova Objetiva

Direito Processual Civil			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. O Direito e os conflitos de interesses. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública e do advogado público.		
02	2. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência internacional e interna. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Perpetuação da jurisdição. Prorrogação e prevenção.		
03	3. Processo: noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais. Valor da causa.		
04	4. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades.		
05	5. Tutela provisória. Tutela de urgência: Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela requerida em caráter antecedente. Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente. Da tutela da evidência. Tutela provisória de urgência. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.		
06	6. Suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público.		
07	7. Procedimento comum. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo.		
08	8. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção. Incidentes processuais.		
09	9. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento.		
10	10. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Execução provisória. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites.		
11	11. Remessa Oficial. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição.		
12	12. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e impugnação. Execução contra a Fazenda Pública e Embargos à Execução. Precatórios e obrigações de pequeno valor.		

13	13. Precedentes. Incidentes de resolução de demandas repetitivas. Assunção de competência. Recurso Especial ou Extraordinário repetitivo.		
14	14. Procedimentos especiais. Juizado Especial da Fazenda Pública e Juizado Especial Federal.		
15	15. Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança Coletivo; Habeas Data.		
16	16. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Tutelas. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.		
17	17. Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015.		
18	18. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

5. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

12 Questões – Prova Objetiva

Direito do Trabalho e Processo do Trabalho			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Direito do Trabalho: princípios, métodos de interpretação, integração e aplicação, renúncia e transação. Disposições constitucionais (Constituição Federal (CF)) e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)). Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
02	2. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de compensação de horas. Trabalho em regime de revezamento. Jornada noturna do trabalhador urbano. Intervalos intrajornadas. Intervalos interjornadas. Descanso semanal remunerado. Férias.		
03	3. Proteção do trabalho da mulher e proteção à maternidade.		
04	4. Alteração, suspensão, interrupção do contrato de trabalho.		
05	5. Formas de extinção do contrato de trabalho: despedida por justa causa, despedida sem justa causa, pedido de demissão, rescisão indireta do contrato de trabalho, término do contrato por prazo determinado, morte do empregado, cessação das atividades do empregador. Extinção por acordo entre empregado e empregador. Rescisão do contrato de trabalho. Aviso Prévio (Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Lei nº 12.506/2011).		
06	6. Prescrição no Direito do Trabalho.		
07	7. Acordos e convenções coletivas de trabalho.		
08	8. Administração Pública e terceirização. Administração Pública como dona de obra.		
09	9. Processo do Trabalho: conceito, autonomia, princípios, natureza jurídica, fontes. Disposições constitucionais. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Normas do Código de Processo Civil (CPC) aplicáveis ao Processo do Trabalho. Atuação da Fazenda Pública no processo do trabalho.		
10	10. Aplicação, interpretação e integração das normas processuais trabalhistas.		
11	11. Organização e competência da Justiça do Trabalho.		
12	12. Ação trabalhista: conceito, natureza jurídica, condições e elementos.		
13	13. Audiências no Processo do Trabalho.		
14	14. Arquivamento do processo.		
15	15. Resposta do reclamado (contestação, exceções e reconvenção).		
16	16. Revelia e confissão.		
17	17. Conciliação.		
18	18. Provas no processo do trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho e Código de Processo Civil).		
19	19. Sentença e coisa julgada no processo do trabalho. Honorários advocatícios.		
20	20. O sistema recursal trabalhista: embargos de declaração, recurso ordinário, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo de petição, agravo interno, recurso adesivo e recurso extraordinário.		
21	21. Liquidação de sentença e execução no processo do trabalho. Embargos à penhora e Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de terceiro. Embargos à arrematação. Embargos à adjudicação. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.		

22	22. Responsabilidade subsidiária e solidária no processo trabalhista – Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16 STF. Supremo Tribunal Federal, Temas de Repercussão Geral STF relacionados.		
23	23. Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).		
24	24. Súmulas, Orientações jurisprudenciais, Precedentes e jurisprudência do STF, TST e STJ.		

6. Direito Ambiental e Urbanístico

08 Questões – Prova Objetiva

Direito Ambiental e Urbanístico			
Conteúdo Programático			Visto
			Visto
01	1. Princípios fundamentais de Direito Ambiental.		
02	2. Fontes do Direito Ambiental.		
03	3. Repartição constitucional das competências em matéria ambiental.		
04	4. Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981.		
05	5. Responsabilidade civil, administrativa e penal - Lei nº 9.605/1998.		
06	6. Política urbana - Lei nº 10.257/2001.		
07	7. Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/1979.		
08	8. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		
09	9. Código Florestal – Lei nº 12.651/2012.		
10	10. Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985/2000.		
11	11. Regularização Fundiária Urbana – Lei nº 13.465/2017.		
12	12. Direito Ambiental na Constituição Federal – Artigo 225, Constituição Federal (CF).		

7. Direito Civil e Empresarial

08 Questões – Prova Objetiva

Direito Civil e Empresarial			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.		
02	2. Elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e normas para a consolidação dos atos normativos - Lei Complementar nº 95/1998.		
03	3. Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade.		
04	4. Teorias e aplicação do fato, ato e negócio jurídico, inclusive elementos incidentais, defeitos e invalidade do negócio jurídico. Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico.		
05	5. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social.		
06	6. Prescrição e decadência.		
07	7. Direito das obrigações.		
08	8. Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, extinção do contrato. Classificação dos contratos. Contratos preliminares e definitivos. Interpretação dos contratos. Contratos típicos dispostos no Código Civil de 2002: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, comodato, prestação de serviços, empreitada, mandato, transporte, seguro, fiança, transação e compromisso.		
09	9. Princípio da boa-fé objetiva. Figuras parcelares da boa fé objetiva. Deveres anexos da boa-fé objetiva.		
10	10. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa.		
11	11. Responsabilidade civil (extracontratual, pré-contratual, contratual e pós-contratual). Teoria da responsabilidade civil objetiva e subjetiva.		
12	12. Posse e detenção.		
13	13. Direitos reais.		
14	14. Propriedade. Função social da propriedade - Lei nº 13.465/2017.		
15	15. Parcelamento do solo urbano - Lei nº 6.766/1979.		
16	16. Direitos de vizinhança.		
17	17. Loteamento. Condomínios - Lei nº 4.591/1964. Condomínio de lotes.		
18	18. Registros públicos e registros de imóveis - Lei nº 6.015/1973, Lei nº 8.245/1991, Lei nº 8.935/1994 e Lei nº 9.492/1997. Responsabilidade civil dos notários e registradores.		
19	19. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018.		
20	20. Código Civil - Lei Federal nº 10.406/2002.		
21	21. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874/2019.		
22	22. Direito empresarial. Disposições do Código Civil. Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e sociedade empresária - Lei nº 11.101/2005. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006.		
23	23. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

8. Direito Financeiro

03 Questões – Prova Objetiva

Direito Financeiro			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Conceito e objeto. Disposições constitucionais. Emendas constitucionais. Vedações constitucionais. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito Financeiro. Constituição Federal/1988, Título VI, Cap. II; Lei Federal nº 4.320/1964. Receita pública – conceito e classificação. Despesa pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal - Lei Complementar nº 101/2000.		
02	2. Orçamento público. Conceito. Tipos. Princípios orçamentários.		
03	3. Leis orçamentárias. Plano plurianual. Lei de diretrizes orçamentárias. Lei orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo.		
04	4. Estágios da despesa pública. Empenho. Conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social. Regime de adiantamento.		
05	5. Receita pública. Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.		
06	6. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.		
07	7. Precatórios. Conceito. Histórico. Disposições constitucionais. Emendas constitucionais. Parcelamento do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Intervenção Federal. Precatório alimentar. Prioridade alimentar. Abatimento de débitos tributários. Compra de imóveis públicos. Atualização monetária. Juros de mora. Cessão de precatórios. Assunção de dívida. Parcelamento do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Dos sistemas de parcelamento. Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre precatórios. Acordos. Sequestro. Decisões do Supremo Tribunal Federal. Precatório na lei de responsabilidade fiscal.		
08	8. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/2000. Operações de crédito. Antecipação de receita.		
09	9. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.		
10	10. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

9. Direitos Difusos e Coletivos

05 Questões – Prova Objetiva

Direitos Difusos e Coletivos			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	1. Direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Conceito e formas de tutela.		
02	2. Instrumentos de resolução extrajudicial de conflitos de natureza coletiva. Inquérito civil. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Fundos.		
03	3. Processo Civil Coletivo. Teoria geral do Processo Civil Coletivo. Princípios gerais do Processo Civil Coletivo. Sistema de Vasos Comunicantes. Ações cabíveis. Legitimidade ativa e passiva. Interesse Processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Competência. Litispendência, conexão e continência. Antecipação de tutela e outras medidas de urgência. Multas. Desistência. Transação. Prova. Recursos. Sentença. Custas e demais encargos da sucumbência. Coisa Julgada. Liquidação, Cumprimento e Execução. Fundos.		
04	4. Tutela de outros direitos metaindividuais. Disposições constitucionais. Legislação especial: ▪ Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990. ▪ Saúde - Lei nº 8.080/1990. ▪ Igualdade Racial - Lei nº 12.288/2010. ▪ Pessoas com deficiência e acessibilidade - Lei nº 7.853/89, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 10.216/2001, Lei nº 13.146/2015, Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009. ▪ Educação - Lei nº 9.394/1996. ▪ Saneamento Básico - Lei nº 11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010. ▪ Idoso - Lei nº 10.741/2003. ▪ Mulher - Lei nº 11.340/2006. ▪ Mandado de Segurança - Lei nº 12.016/2009. ▪ Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981, Lei nº 9.795/1999, Lei nº 9.605/1998, Lei nº 9.985/2000, Lei Complementar nº 140/2011 e Lei nº 12.651/2012. ▪ Urbanismo ○ Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - Lei nº 11.124/2005; ○ Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010; ○ Política Nacional de Mobilidade Urbana - Lei nº 12.587/2012; ○ Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - Lei nº 12.608/2012; ○ Estatuto da Metrópole - Lei nº 13.089/2015; ○ Parcelamento do Solo Urbano - Lei nº 6.766/1979; ○ Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001; ○ Regularização Fundiária e Urbana “Reurb” - Lei nº 13.465/2017. ▪ Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990. ▪ Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993.		
05	5. Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores (STJ e STF).		

10. Normas Institucionais da Procuradoria-Geral do Município

07 Questões – Prova Objetiva

Normas Institucionais da Procuradoria-Geral do Município			
Conteúdo Programático		Visto	Visto
01	Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas - Lei Municipal nº 1.399/1955.		
02	Estrutura e organização da Procuradoria Geral do Município - Lei Complementar nº 255/2020.		
03	Lei Orgânica do Município de Campinas – art. 84 a 88.		
04	Procedimento administrativo - Lei Municipal nº 15.963/2020.		
05	Procedimento e processo administrativo tributário municipal - Lei Municipal nº 13.104/2007.		
06	Lei de acesso à informação - Decreto Municipal nº 22.170/2022.		
07	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Decreto Municipal nº 21.903/2022.		
08	Tomada de Contas Especial (TCE) – Instrução Normativa TCU nº 98/2024.		
09	Guia Lilás – Orientações para prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no governo federal.		